## PNAD 2007: O ESTADO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Lauro Ramos\*
Rosangela Cavaleri\*\*
Luana Furtado\*\*

O foco desta nota é a apresentação de um panorama geral do comportamento do mercado de trabalho brasileiro em 2007, com base nos dados recém-divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), procurando referenciá-lo no contexto do desempenho ao longo da década.¹ Cabe esclarecer de início que as definições de ocupação e desocupação utilizadas são ligeiramente diferentes das adotadas pelo IBGE, na medida em que procuramos privilegiar as formas de inserção mais concretas no mercado.²

A população em idade ativa (PIA), em 2007, foi de 156,9 milhões. Deste total, cerca de 59% (92,7 milhões) eram economicamente ativas (PEA) e, conseqüentemente, estavam inseridas no mercado de trabalho. Ao comparar os dados de 2007 com os de 2001, pode-se observar que a PIA teve uma variação de 13,0% (18 milhões de pessoas acima de 10 anos de idade), enquanto a PEA variou 15,3% (12,3milhões).

Um ponto a ser destacado é que a população ocupada em 2007 manteve o crescimento observado ao longo do período em análise, mas apresentou uma desaceleração em comparação aos anos imediatamente anteriores. De fato, o gráfico 1, que apresenta uma comparação entre as taxas de crescimento do nível de ocupação e da população em idade ativa, deixa claro que em geral a expansão dos postos de trabalho tem sido superior ao crescimento da PIA.<sup>3</sup> A exceção até então havia sido o ano de 2003, e agora o de 2007, nos quais as duas taxas foram virtualmente idênticas: na marca de 2%. Embora ainda seja uma expansão da ocupação satisfatória, a redução do ritmo suscita alguma preocupação em relação ao futuro, principalmente quando levadas em conta as dificuldades ora presentes no cenário econômico doméstico e externo.

Antes de examinar em mais detalhes esse arrefecimento, apresentam-se alguns resultados sobre a composição do emprego por gênero, escolaridade e setor de atividade na década. Ao confrontar os dados do ano de 2007 contra os de 2001, constata-se que o nível de ocupação total apresentou uma variação de 16,8%. A desagregação da população ocupada por gênero permite revelar que tanto homens quanto mulheres apresentaram variações positivas — 12,9% e 22,8%, respectivamente. Ao verificar a participação das mulheres no mercado de trabalho

<sup>\*</sup> Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

<sup>\*\*</sup> Bolsistas do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional. (PNPD).

<sup>1.</sup> Vários pontos aqui levantados são objeto de análise mais detalhada nas demais notas técnicas deste volume.

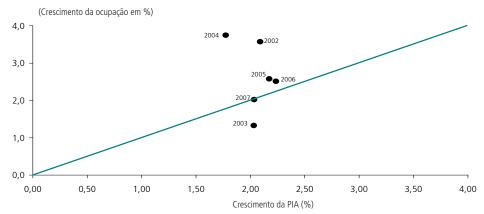
<sup>2.</sup> Ocupação: são classificados como ocupados na semana de referência os indivíduos que nela exerceram trabalho remunerado, ou os que exerceram trabalho não remunerado nesta semana durante pelo menos quinze horas, e ainda os que possuem trabalho remunerado do qual estão temporariamente afastados. Não são considerados aqui como ocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção na semana de referência.

<sup>3.</sup> Esse crescimento é ditado pelo padrão demográfico. As pequenas variações observadas se devem ao caráter amostral da pesquisa.

ao longo período, nota-se que esta teve um acréscimo de 2,0 pontos percentuais (p.p.), passando de 39,4% em 2001 para 41,4% em 2007, o que vem a confirmar a evolução da participação feminina no mercado de trabalho – a variação absoluta da população ocupada feminina durante o período em estudo foi de 6,5 milhões.

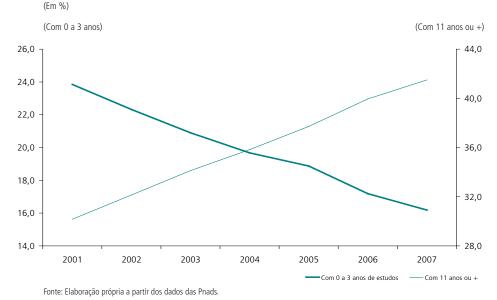
Em relação à composição da força de trabalho por escolaridade, há indícios de que houve algum viés favorável à demanda por mão-de-obra qualificada nos últimos anos: o grupo de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo completos foi o que mais cresceu no contingente de ocupados, com uma variação um pouco acima de 60%, na comparação entre valores de 2001 e 2007. Em contrapartida, os trabalhadores menos escolarizados vêm perdendo espaço no total de ocupados – a queda para aqueles com escolaridade inferior a 4 anos completos de estudos foi superior a 20%. O gráfico 2 ilustra esta mudança na composição por meio da evolução da participação destes dois grupos na ocupação total.

 $\mbox{\scriptsize GRAFICO 1}$  Crescimento ocupacional em relação ao crescimento da PIA  $(\mbox{\scriptsize Em}~\%)$ 



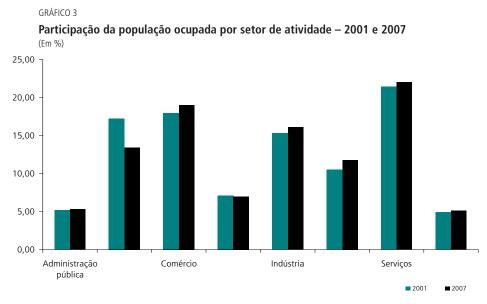
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Pnads.

## GRÁFICO 2 Pessoas ocupadas por ano de estudo



No que tange à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre valores de 2007 e 2001 remetem ao fato de que praticamente todos os setores de atividade considerados

aumentaram o seu nível de ocupação, à exceção do setor agrícola, o único a apresentar desempenho negativo (-8,9%). Entre os demais setores que apresentaram crescimento no período em estudo, apenas a construção civil apresentou variação inferior à média nacional (14,7%). Para os demais setores a variação se deu da seguinte forma: administração pública, 19,3%, serviços, 20,0%, transportes, 21,7%, indústria, 22,7%, comércio 23,6%, e outras atividades, 30,7%. A participação dos trabalhadores de cada setor no total de ocupados em 2001 e em 2007 pode ser visualizada no gráfico 3, onde fica evidente a queda no nível do emprego agrícola – a sua participação na ocupação total diminui quase 4 p.p., passando de 17,25% em 2001 para 13,45% no ano passado.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Pnads.

Ao se examinar a evolução da ocupação entre 2006 e 2007, chama atenção o fato de que a variação nos postos de trabalho ditos protegidos (assalariamento com carteira, estatutários e militares) foi maior do que a variação do total de ocupados (1,6 milhões e 2,1 milhões, respectivamente). Uma conseqüência disto foi a queda do grau de informalidade,<sup>4</sup> que em 2007 ficou em 50,9%, o menor nível da década.<sup>5</sup> Na verdade, conforme pode ser verificado no gráfico 4, o grau de informalidade vem declinando desde 2001, em boa medida devido às reduções observadas nas áreas não-metropolitanas, embora apresente valores menores para as regiões metropolitanas. Estas apresentaram reduções apreciáveis na informalidade nos dois últimos anos, o que permitiu uma pequena aceleração no ritmo de redução do grau de informalidade no plano nacional.

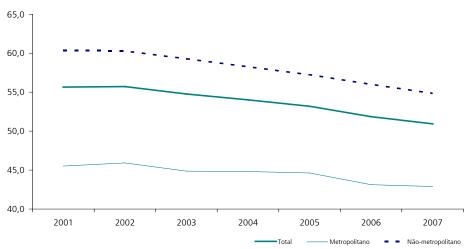
Os dados do comportamento ao longo da década evidenciam um crescimento acentuado da população ocupada protegida, que apresentou um crescimento de 9,2 milhões de postos de trabalho (31,8%) entre 2001 e 2007, aumentando sua participação no total de ocupados em pouco mais de 5 p.p., e ampliando a diferença com relação aos informais (gráfico 5).

<sup>4.</sup> O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados => trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados /trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados + protegidos + empregadores.

<sup>5.</sup> A queda não foi mais pronunciada devido à forte retração do número de empregadores (cerca de 547 mil), que não foram computados no cálculo do grau de informalidade.

GRÁFICO 4

Evolução do grau de informalidade – 2001-2007



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Pnads.

## GRÁFICO 5 Percentual dos empregos formais e das ocupações informais

(Em %)
(Formal)

46,0

44,0

42,0

40,0

- 52,0

2004

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Pnads.

2002

2003

A taxa de desemprego, ou taxa de desocupação, 6 por sua vez, atingiu em 2007 o menor valor da década: 8,9%. Além de mostrar sua oscilação em torno de 10% durante a maior parte do período, o gráfico 6 indica ainda que o mínimo observado também é registrado nesse ano quando se procede à desagregação por áreas (metropolitana *vis-à-vis* não-metropolitana). A par disso, houve também um estreitamento do hiato entre elas – de 4,4 p.p. em 2001 para 3,6 p.p. no último ano.

2005

2006

Em termos de regiões geográficas, a região Sul não só apresentou o menor valor em 2007 (6,5%), como também foi ali que se verificou a segunda maior queda no período, que chegou a 0,8 p.p. A maior redução se deu na região Sudeste (1,9 p.p.), que atingiu 9,4% no ano passado. O Norte e o Nordeste até então tanto apresentaram as maiores taxas em 2007 como também as menores reduções de 2001. Tais constatações são indicativas de que as disparidades na dinâmica dos mercados de trabalho regionais podem ter aumentado.

50,0

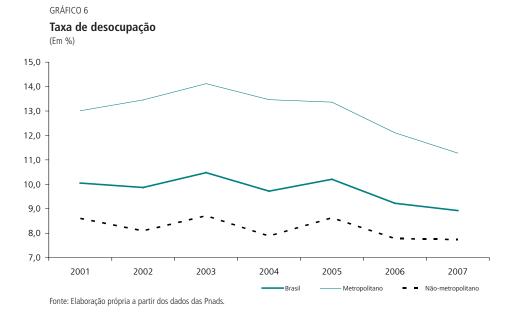
Informal

2007

38,0

2001

<sup>6.</sup> Proporção de pessoas desocupadas no total de pessoas economicamente ativas.



O rendimento real médio de todos os trabalhos em 2007 correspondeu ao maior valor desde 2001 e, vale destacar, todas as categorias de posição na ocupação obtiveram ganhos reais tanto em relação a 2006 quanto a 2001. O gráfico 7 mostra que nos últimos anos os rendimentos reais vêm apresentando uma trajetória de recuperação, após reduções expressivas no início da década.

O conjunto de informações aqui apresentadas deixa claro que o desempenho do mercado em 2007 foi bastante satisfatório, dando prosseguimento à trajetória de recuperação iniciada em 2004, de forma a atingir seu melhor momento na década: menor taxa de desemprego, maior nível de ocupação, menor grau de informalidade, maior patamar de rendimentos reais, entre outros indicadores. Não obstante, a redução no ritmo de expansão do emprego, bem como as indicações de manutenção e até de ampliação de disparidades regionais, a par do viés na estrutura da demanda em favor da mão-de-obra mais qualificada, são dados preocupantes e que devem ocupar lugar de destaque na agenda de pesquisa sobre mercado de trabalho no Brasil no futuro próximo.

